



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola





BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E COMBATE À FOME

Brasília, 2010

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE À FOME**

Márcia Helena Carvalho Lopes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rômulo Paes de Sousa

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Onaur Ruano

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Maria Luiza Amaral Rizzotti

SECRETÁRIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

Lúcia Maria Modesto Pereira

**SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

Crispim Moreira

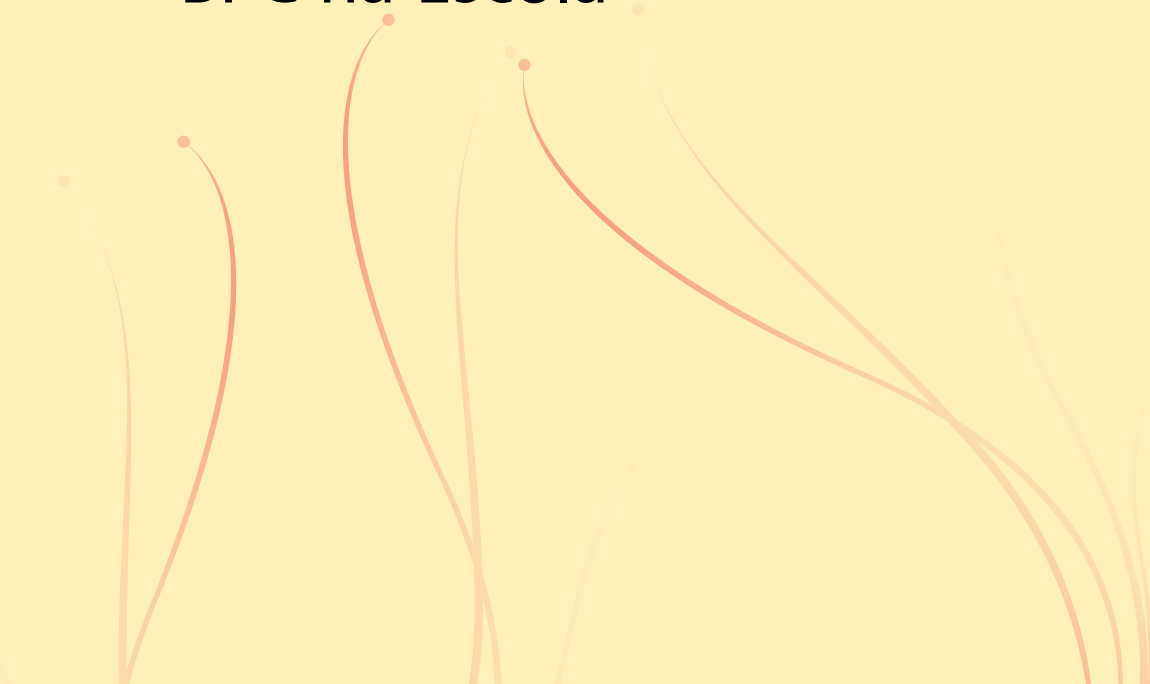
SECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Luziele Maria de Souza Tapajós

SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA

Ronaldo Coutinho Garcia

Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola



COORDENAÇÃO

Maria José de Freitas

SUPERVISÃO

Elyria Bonetti Yoshida Credidio

REDAÇÃO

Ana Paula Gomes Matias
Cláudia Regina Nunes dos Santos Renault
Lianne Carvalho de Oliveira
Walace Dias Freitas

COLABORAÇÃO

Célio Vanderlei Moraes
Cristiane Barbosa Ducape
Djanira de Jesus Vitor
Marcelo Rocha

REVISÃO

Karen Rukat

PRODUÇÃO GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO

Karen Rukat

FOTOGRAFIA

Bruno César Spada – MDS/ASCOM
Ana Claudia Nascimento – MDS/ASCOM
Luiz Gonzaga de Cerqueira Filho – Piripiri/PI
Luciana Alves de Lima – Acopiara/CE
Vanusa Gomes Câmara – Frutuoso Gomes/ RN
Leonardo Alves – Pilões/PB
George Souza Campos – Nova Iguaçu/RJ
Rodolfo Oliveira Lins – Campo de Goytacazes/RJ
Samanta Cardoso Grandizoli – Presidente Prudente/SP
Rodrigo Machado – Novo Hamburgo/RS
Marlene de Brito – Goiânia/ GO
Bianca Pereira de Lima – Nova Mutum/ MT

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Catálogo de Experiência Municipais do Programa BPC na Escola. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 52 p.;

ISBN: 978-85-60700-39-4

1. Assistência Social, Brasil. 2. Experiências Municipais, assistência social, Brasil. 3. Política Social, Brasil. 4. Programa Social

Impressão: Gráfica Teixeira Ltda.

APRESENTAÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC é um dos mais expressivos programas da Seguridade Social brasileira. Parte integrante da Política Nacional de Assistência Social garante um patamar mínimo de renda a pessoas com deficiência e idosos em situação de pobreza, propondo-se ainda, a afiançar a segurança do desenvolvimento da autonomia individual dessas pessoas, em articulação com as demais políticas sociais. É nesse sentido que a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) aponta como um dos objetivos da assistência social o de contribuir para a promoção da “habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

O Programa BPC na Escola é fruto de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Iniciado em 2007, o programa objetiva garantir que os beneficiários do BPC, com idade até 18 anos, tenham assegurado o seu direito de frequentar a rede regular de ensino e conviver com os demais alunos. Desta forma, não apenas garante a realização de um direito básico das pessoas com deficiência, como também contribui para tornar a escola mais democrática e o direito à diversidade na escola mais amplo.

São mais de 232 mil crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, que estão sendo atendidos ao longo desses 4 anos e tendo a oportunidade de mudar sua realidade e perspectivas. São famílias que estão encontrando alternativas para inserir seus filhos na escola, recuperando sua autoestima e encontrando novas bases para a construção de seu futuro.

A equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência na escola e nas demais esferas sociais tem como princípios a acessibilidade, inclusão e a cidadania, reafirmando a concepção de direitos humanos e a garantia das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

As experiências apresentadas neste catálogo resgatam ações que estão sendo desenvolvidas em todo o país, tanto nas cidades dos mais variados portes como nas diversas regiões do Brasil. Esses relatos ajudam a compreender a importância que o BPC e a educação representam na vida dos beneficiários e de suas famílias. O acesso à escola é um passo fundamental para que o direito de estar e viver na sociedade com dignidade e liberdade seja assegurado às pessoas com deficiência.

Esta publicação, além de divulgar experiências do Programa BPC na Escola, revela o comprometimento das gestões públicas municipais e das organizações civis envolvidas. E pode ainda, inspirar outros Grupos Gestores Locais para que construam suas alternativas, superando barreiras que ainda impedem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos beneficiários do BPC nas escolas.

É importante registrar que a publicação deste Catálogo é um sinal inequívoco de que estamos numa nova fase, orientada pelo desejo de vencer o desafio da superação de barreiras e da garantia de direitos das pessoas com deficiência. Não é um desafio trivial, pois demanda a articulação de diferentes setores públicos e de organizações da sociedade civil, além de ações integradas consistentes entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais. Mas é um desafio que vem sendo enfrentado, consolidando uma nova história, cujo protagonista é a sociedade brasileira.

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES

MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



PREFÁCIO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Política de Assistência Social passa a integrar o Sistema de Seguridade Social brasileiro, ao lado da Saúde e da Previdência Social, configurando-se em política pública, não contributiva, de direito do cidadão e dever do Estado. Deve prover os mínimos sociais e ser realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas dos cidadãos.

A Política de Assistência Social oferta um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios com o objetivo de afiançar as seguranças sociais para a prevenção, proteção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco e a promoção e defesa de direitos dos indivíduos e suas famílias.

Com relação às pessoas com deficiência, a Política de Assistência Social assegura proteção social àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social em decorrência da própria deficiência e da condição de extrema pobreza, por meio do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Esse benefício, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, constitui-se em renda básica de um salário mínimo mensal destinado a proteger as pessoas com deficiência e idosos, em face de vulnerabilidades decorrentes da deficiência e da velhice, agravadas pela insuficiência de renda, assegurando-lhes o sustento e favorecendo o acesso às políticas sociais e a outras aquisições, bem como a superação das desvantagens sociais enfrentadas e a conquista de sua autonomia.

Os beneficiários com deficiência do BPC demandam atenção integral e proteção social para o enfrentamento das diversas situações de vulnerabilidade e risco social a que estão expostos. Para tanto, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) propõe e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) organiza mecanismos para a integração do beneficiário do BPC ao conjunto dos serviços socioassistenciais e das demais políticas setoriais, com o objetivo de contribuir para o atendimento de necessidades desses beneficiários e o desenvolvimento de suas capacidades e de sua autonomia.

O Programa BPC na Escola traz um viés inovador que modifica a lógica das tradicionais intervenções pontuais e isoladas voltadas às pessoas com deficiência. Considera também o princípio da transversalidade com a convergência de ações articuladas das diversas políticas públicas. Dessa forma, o Programa tem favorecido o pleno desenvolvimento dos beneficiários no âmbito dos três entes federados, para superação das barreiras que impedem os beneficiários do BPC de acessarem seu direito à educação.

Nessa direção, a criação do Programa BPC na Escola constitui-se em importante mecanismo para fomentar a inclusão social e elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, conforme demonstram os 581 relatos de experiência de implementação do Programa BPC na Escola encaminhados pelos municípios ao MDS em 2010.

Tendo em vista a riqueza das informações e a diversidade de práticas apresentadas pelos municípios, o MDS publica este Catálogo com algumas experiências de implementação do Programa BPC na Escola, referentes à municípios de diferentes portes e de diversas regiões do país. Por meio dessa publicação será possível divulgar e compartilhar propostas inovadoras e resultados positivos alcançados pelo Programa, assim como sugerir aos gestores ações e diretrizes de acompanhamento do programa nos municípios.

Esperamos que as experiências municipais aqui contidas motivem os gestores, técnicos e demais atores da política de assistência social e de outras políticas públicas, a buscarem o aprimoramento na execução do Programa BPC na Escola, promovendo o acesso dos beneficiários com deficiência do BPC e sua família à rede de proteção social, com vistas a garantia de seus direitos.

MARIA LUIZA RIZZOTTI

Secretária Nacional de Assistência Social



INTRODUÇÃO

Os relatos das experiências apresentados neste catálogo são fruto da articulação intergovernamental dos entes participantes do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, instituído e divulgado como PROGRAMA BPC NA ESCOLA, em 2007¹. Esse Programa emerge com a iniciativa do governo federal para efetivar uma política intersetorial voltada à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, possibilitando aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC uma vida digna e com autonomia.

O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência até 18 anos de idade, já beneficiárias do BPC, por meio de ações articuladas entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), envolvendo compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em 2008, teve início o processo de adesão ao Programa BPC na Escola² resultando na participação de todos 26 Estados, do Distrito Federal e de 2.622 Municípios para atender mais de 232 mil beneficiários. Com intuito de impulsionar o trabalho intersetorial, foram constituídos os Grupos Gestores do Programa no âmbito federal, estadual, distrital e municipal composto por representantes das áreas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos. Foram realizadas capacitações de norte a sul do país, no período de outubro de 2008 a novembro de 2009, com o objetivo preparar os grupos gestores e os técnicos que realizaram visitas domiciliares para a aplicação do Questionário de Identificação das Barreiras de Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC.

Os participantes das capacitações foram sensibilizados para a importância do trabalho em equipe com atuação conjunta das áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos, promovendo o processo de construção coletiva da intersetorialidade. Para tanto, a divisão e compartilhamento de tarefas, no que se refere às visitas domiciliares para aplicação do Questionário, possibilitaram aos Grupos Gestores Locais criar alternativas de ação, exemplificadas neste Catálogo, para identificar e desconstruir as barreiras que impedem o acesso, a permanência, a participação e aprendizagem dos beneficiários do BPC na Escola.

Com o propósito de conhecer e dar visibilidade a estas experiências, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS solicitou aos municípios em maio de 2010, que fosse encaminhado um relato da experiência local relativa ao Programa BPC na Escola. A partir dessa proposta, tem início a avaliação das 581 experiências encaminhadas pelos municípios de todas as regiões do país; representantes dos diferentes Portes – Pequeno I, Pequeno II, Médio, Grande e Metrópole; com tipos de população diversificada e residentes tanto na área rural quanto na área urbana das cidades brasileiras.

Em um primeiro momento, foram selecionados os municípios de Goiânia/GO, Nina Rodrigues/MA e São Paulo/SP para apresentarem suas experiências no âmbito do Encontro de Gestores do Programa BPC na Escola: Avaliação de Resultados e Propostas de Ações Intersetoriais, realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2010. Esse Encontro teve como objetivo avaliar os resultados apresentados pelos questionários aplicados para identificação das barreiras de acesso e permanência na escola e discutir estratégias de ação para superação das barreiras de acesso à escola para as pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, na faixa etária de zero a dezoito anos de idade.

Após o término do Encontro, com o encaminhamento de outros relatos pelos municípios ao MDS foi retomada a avaliação de todas as experiências. No decorrer desse processo de avaliação construtiva é que surgiu a proposta de

1. Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH nº 18, de 24 de abril de 2007, institui o Programa BPC na Escola.

2. Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SDH nº 1, de 12 de março de 2008 - estabelece os procedimentos para a adesão ao Programa BPC na Escola.

selecionar 20 relatos de experiências que demonstraram potencial de traduzir o alcance do Programa BPC na Escola, ao sinalizarem uma aproximação efetiva das políticas públicas setoriais às necessidades das crianças e adolescentes, com deficiência e até 18 anos de idade, beneficiárias do Programa.

Para avaliação das experiências, encaminhadas pelos municípios ao MDS, foram adotados os seguintes critérios: a) o diferencial apontado pelas práticas realizadas para identificação e superação das barreiras de acesso e permanência na escola; b) a relação entre os objetivos dessas práticas e o público alvo dessas ações; c) o potencial das ações desenvolvidas para integração entre as políticas (assistência social, educação, saúde e direitos humanos) e outras redes ou áreas no município; d) o alcance do processo de divulgação dessas práticas; e) a relevância dos principais resultados alcançados por essas práticas e as possíveis soluções inovadoras para os problemas identificados.

Nesta perspectiva, foram selecionadas para esse catálogo 20 experiências municipais, a partir das várias realidades existentes nas cinco regiões geográficas brasileiras:

- Região Centro-Oeste – Cuiabá e Nova Mutum/MT e Goiânia/GO;
- Região Nordeste – Barro Alto e Lapão/BA, Acopiara e Quiterianópolis/CE, Nina Rodrigues/MA, Pilões/PB, Piripiri/PI e Frutuoso Gomes/RN;
- Região Norte – Porto Velho/RO e Itacajá/TO;
- Região Sul – Novo Hamburgo/RS;
- Região Sudeste – Campo Azul/MG, Campos dos Goytacazes e Nova Iguaçu/RJ, Presidente Prudente, Santo André e São Paulo/SP.

As experiências aqui relatadas sinalizam a diversidade das estratégias utilizadas para a implementação do Programa BPC na Escola e demonstram que as mudanças na realidade de vida das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC podem ser provocadas menos pelas condições da estrutura física e financeira relacionadas ao porte do município, mas principalmente pela vontade política e pelo engajamento dos gestores das diversas políticas sociais para, de forma conjunta e criativa, desenvolverem ações que efetivamente removam os entraves sociais que impedem a participação social plena dos beneficiários com deficiência do BPC.

Nesse sentido, esperamos que as experiências aqui expostas inspirem os Grupos Gestores Locais a buscar alternativas contextualizadas para a superação das barreiras de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes, com deficiência, beneficiárias do BPC não apenas para possibilitar sua inclusão na escola, mas também para transformar em realidade ações efetivas de intervenção para a garantia de direitos das pessoas com deficiência.





14

Piripiri – PI

Município do Estado do Piauí, Piripiri tem 60.757 habitantes, segundo dados do Censo do IBGE de 2010 e conta com 215 crianças e adolescentes com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC. Com o foco na mobilização da comunidade, o Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola realizou, antes e

depois da aplicação, na zona rural e urbana, do questionário que visa identificar barreiras de acesso à escola, palestras sobre o programa, envolvendo os professores e dirigentes das escolas da rede pública de ensino, as famílias, as associações de moradores e os profissionais do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de

Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Além disso, a utilização da mídia local (rádio, portais na internet e jornal escrito) foi outra estratégia que expandiu o conhecimento sobre o programa no município.

O Grupo Gestor Local promoveu também a articulação com as políticas públicas, tendo em vista a in-



clusão das crianças e adolescentes beneficiárias do BPC nos serviços ofertados pelas mesmas. Um dos resultados desse processo foi a articulação com a Secretaria de Educação do município por meio da implementação do Projeto “Diferentes diferenças: Igualdade que se aprende na escola” que consiste no desenvolvimento de

diversas ações relativas à educação inclusiva. Dentre essas destacam-se o acompanhamento dos alunos beneficiários do BPC, atendimento educacional especializado e envolvimento das famílias.

Outros resultados podem ser apontados, como é o caso do acompanhamento de beneficiários e familiares pelas equipes do

CRAS, CREAS e do Programa Saúde da Família.

O Grupo Gestor Local prossegue com suas ações reunindo-se periodicamente para o incremento da integração das políticas públicas no município e para a sensibilização da comunidade acerca das temáticas relacionadas à deficiência.



“Diferentes diferenças: igualdade que se aprende na escola”

15



A utilização da mídia local (rádio, portais na internet e jornal escrito) foi outra estratégia que expandiu o conhecimento sobre o programa no município.



Situado no sertão cearense, o município de pequeno porte Quiterianópolis possui uma população de 19.376 habitantes (IBGE/2010). A identificação de barreiras físicas e sociais vivenciadas pelas 55 crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC no município alertaram os gestores municipais sobre as

diferentes questões sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

“A diferença não é um problema, seu preconceito, sim.” Este é o lema da equipe técnica local que por meio das ações interseccionais vem avançando na garantia dos direitos sociais básicos e no favorecimento do acesso e permanência das crianças e adolescentes

beneficiárias do BPC na escola.

Para dar visibilidade à questão da deficiência, o grupo gestor local do programa BPC na Escola, com o apoio da Prefeitura Municipal, promoveu o I Seminário de Sensibilização do BPC, com o objetivo de disseminar informações sobre os direitos da pessoa com deficiência em situação

de vulnerabilidade social e promover a qualidade de vida dos beneficiários do BPC; além de potencializar o processo de implementação do Programa BPC na Escola no município, divulgando os seus objetivos, a importância e sua abrangência na comunidade.

A execução do Programa em Quiterianópolis compreendeu,

"A diferença não é um problema seu preconceito, sim"





A diferença rompe paradigmas e supera barreiras

17

dentre outras atividades, a capacitação da equipe técnica que enfatizou a relevância do benefício como “porta de acesso” a outras políticas sociais; o mapeamento dos beneficiários, inclusive nas áreas rurais e a aplicação do *Questionário de Identificação de Barreiras para Acesso e Permanência na Escola*, envolvendo não só

técnicos da assistência social como também os agentes comunitários de saúde. A participação nos programas federais de apoio técnico e financeiro ao sistema de ensino da rede pública do município é um resultado concreto que já foi alcançado na área de educação. Isto tem possibilitado a ampliação do atendimento educacional especia-

lizado complementar, aumento de escolas com salas de recursos multifuncionais, com rampas e banheiros adaptados.

Constatam-se também avanços nas áreas de saúde e assistência social no que diz respeito ao fomento à capacitação dos profissionais de cada área e ao apoio técnico aos órgãos que compõem o SUAS e o SUS.



Lapão – BA

O Município de Lapão está localizado na Chapada Diamantina – Bahia e conta com população de 25.626 habitantes (IBGE/2010), sendo que 39 são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, com idade até 18 anos.

O Programa BPC na Escola em Lapão contou com um grande comprometimento

dos profissionais das políticas de assistência social, educação e saúde, tanto na aplicação dos *Questionários de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola*, quanto na criação de estratégias para a superação dessas barreiras. Inicialmente foi realizada, pelo Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola,

a mobilização dos diretores e professores das escolas para acolhimento das crianças e adolescentes com deficiência. Houve também sensibilização das famílias e da comunidade para participarem da Conferência Municipal de Assistência Social que se constitui em um importante fórum de debates e informação sobre o

Programa, fortalecendo o protagonismo dos beneficiários e suas famílias, diante da gestão desta política pública. Foi realizado também trabalho de sensibilização junto aos pais e responsáveis para inserção dos seus filhos na escola. Para ajudar nesse processo, as famílias foram convidadas a comparecer nas escolas e nas salas



O Programa BPC na Escola ultrapassando barreiras no município de Lapão

19

de aula para colaborar na adaptação das escolas às necessidades dos filhos com deficiência.

Um dos desdobramentos do Programa BPC na Escola foi a criação do “Programa Ultrapassando Barreiras” que tem por objetivo inserir os beneficiários que se encontravam excluídos do processo de participação comunitária, em atividades

socioeducativas e de apoio como oficinas de leitura, artesanatos e músicas, desenvolvidas nos domicílios ou em grupos nos Centros de Referência da Assistência Social CRAS. Assistentes sociais, psicólogos e monitores são os profissionais responsáveis pela execução deste programa.

A partir disto, o Grupo Gestor Local

mantém um trabalho de acompanhamento constante das atividades desenvolvidas com as famílias e das articulações intersetoriais, estabelecendo inclusive, agenda de compromissos com famílias dos beneficiários, com vistas à superação das barreiras encontradas.

Novo Hamburgo, município do Estado do Rio Grande do Sul, situa-se a cerca de 40 km da capital Porto Alegre e tem 237.044 habitantes (IBGE/2010). Para a aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* a 284 beneficiários do BPC de 0 a 18 anos, as ações do Grupo

Gestor Local do Programa BPC na Escola apoiaram-se nas atividades de sensibilização às famílias desses beneficiários, por meio da preparação de material informativo específico (convites e bilhetes).

A aplicação do Questionário pautou-se também na prática da orientação, acolhida e encaminhamento imediato das famílias



20

Novo Hamburgo – RS



aos serviços da rede sociassistencial de que necessitavam. Com a identificação da situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias dos beneficiários, foi criado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS o Grupo Cuidando do Cuidador, com o objetivo de promover a troca de experiências, o fortalecimento dos

vínculos familiares e comunitários, além da inclusão nos serviços socioassistenciais e de outras políticas sociais

As ações executadas no âmbito do Programa BPC na Escola têm favorecido a matrícula de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC nas escolas; a continuidade das reformas dos espaços físicos das escolas do município;

a implantação de salas de recursos multifuncionais; a integração da proposta pedagógica da escola regular com as necessidades dos alunos com deficiência e a participação de familiares na Associação dos deficientes visuais, além da promoção do atendimento nas unidades básicas de saúde do município e nas universidades.

As intervenções do Grupo Gestor Local têm se direcionado no sentido do fortalecimento das articulações locais e do acompanhamento das ações já implementadas, baseando-se nas informações sistematizadas sobre a identificação e encaminhamento das demandas dos beneficiários e suas famílias. A relevância da sua atu-

ação no desenvolvimento do Programa BPC na Escola é expressa da seguinte forma pelo Grupo Gestor Local: *“Quanto mais conseguimos conquistar em relação a participação da pessoa com deficiência nos espaços públicos, mais possibilitamos sua aceitação pessoal, familiar e comunitária”.*

O Programa BPC na Escola contribuindo para concretizar direitos dos beneficiários e fortalecer suas famílias

21



Quanto mais conseguimos conquistar em relação a participação da pessoa com deficiência nos espaços públicos mais possibilitamos sua aceitação pessoal, familiar e comunitária



Localizado no sudeste brasileiro, o município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, tem uma população estimada em 205.340 habitantes (IBGE/2010), dos quais 157 são beneficiários do BPC com idade igual ou inferior a 18 anos. Conta com mais de 130 estabelecimentos de ensino e mais de 110 cursos

diferentes de graduação e pós-graduação. Estas características foram primordiais na parceria desenvolvida entre o Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola e o Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão para Políticas Públicas (CEMESPP) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo

(FCT/UNESP) que, utilizando a técnica de geoprocessamento, em especial, com o Sistema de Informação Georreferenciado (SIG), organizou e estruturou a metodologia para localização e coleta de dados dos beneficiários do Programa BPC na Escola.

O trabalho foi organizado pelo CEMESPP da seguinte forma: planeja-

mento e apresentação da proposta às Secretarias Municipais envolvidas; organização e seleção da equipe para aplicação dos questionários; planejamento da pesquisa de campo; digitação dos dados; apresentação de relatório com os resultados ao Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola.

A parceria entre as Secretarias Muni-

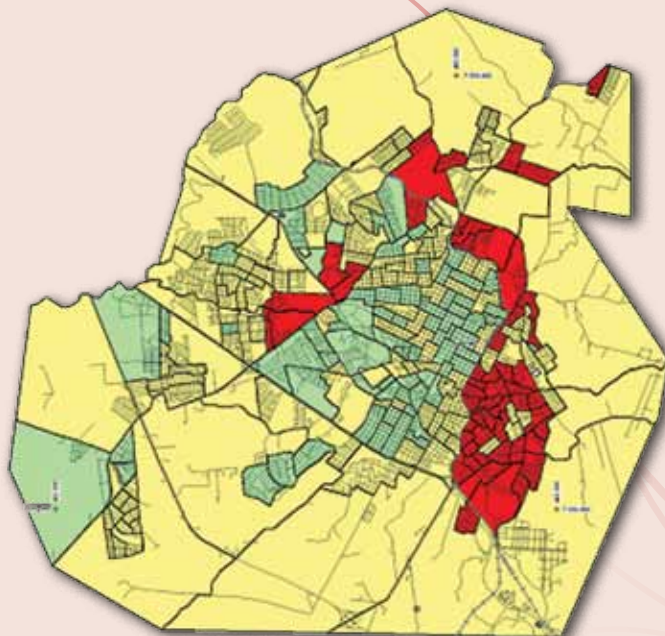
22

Presidente Prudente – SP



país e a Universidade na construção de um trabalho conjunto, possibilitou efetivar e garantir a coleta de dados com técnicas adequadas de abordagem e de aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* dos beneficiários do BPC. A coleta foi realizada, sob supervisão técnica,

por estudantes de graduação da UNESP que por meio de capacitação específica receberam informações sobre o perfil e a realidade dos beneficiários, conhecimentos teóricos/práticos de planejamento e organização do trabalho de campo. As informações do Questionário geradas em forma de planilha descritiva foram trans-



O georreferenciamento realizado em parceria com a universidade localiza os beneficiários do Programa BPC na Escola

23



formadas em informações “especializadas” – panorama geofísico e social dos bairros onde residem os beneficiários do BPC – com geração de 29 mapas com informações sobre estes beneficiários no Mapa de Inclusão/Exclusão Social do município, possibilitando intervenções integradas de toda a rede de proteção social. O uso de mapas

facilitou a localização do beneficiário e supervisão do trabalho. Além disto, foi possível gerar dados para diversos estudos e pesquisas atuais e futuras que poderão nortear e subsidiar a implementação de políticas públicas municipais.

De uma província indígena chamada “Iguassu” situada na Baixada Fluminense da cidade do Rio de Janeiro surgiu o município de Nova Iguaçu, no início do século XX. Hoje, o município comporta um quantitativo de 767.505 habitantes segundo dados do IBGE de 2010 e é considerado um dos maiores municípios da região.

Com a adesão do município ao Programa BPC na Escola, foram identificados 939 beneficiários do BPC com idade entre 0 e 18 anos. O Grupo Gestor Local do Programa adotou como centralidade de intervenção, o fortalecimento da proteção social básica aos beneficiários do BPC e suas famílias. A aplicação do *Questio-*

nário de Identificação de Barreiras para ao Acesso e Permanência na Escola junto às crianças e adolescentes beneficiários do BPC foi realizada por uma equipe composta por 3 Assistentes Sociais e 10 estagiários de Serviço Social. Essa equipe fez não só uma visita para cumprir as etapas do Programa, como também realizou uma leitura criteriosa

do contexto socioeconômico de cada beneficiário, identificando suas múltiplas necessidades e ampliando ainda mais os desdobramentos do trabalho.

No decorrer do processo de sensibilização da comunidade para realizar as visitas, foi identificada uma grande quantidade de crianças e adolescentes com deficiência em





“CRAS na Escola” - um caminho para cidadania

25

situação de vulnerabilidade social que não recebem o BPC por falta de informações. Para estudar de forma mais aprofundada estas situações e dar continuidade ao trabalho, a equipe técnica local criou o projeto denominado “CRAS NA ESCOLA”. Este projeto trouxe um novo olhar em relação às crianças e adolescentes

com deficiência. Trouxe também, resultados positivos para o município no sentido de promover a integração local dos gestores das políticas de assistência social, saúde, educação e previdência social na promoção do acesso ao BPC e a inserção e a permanência do público do BPC na Escola.

Neste sentido, outras ações concretas podem

ser apontadas, dentre elas, a realização do I Seminário sobre o BPC – Avanços e Limites na Política Pública para Pessoas com Deficiência no município, no qual foram apresentados os resultados do trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa BPC na Escola. Este trabalho tem possibilitado que o maior número de

pessoas com deficiência requeiram o BPC, além de promover o acesso às demais informações sobre os seus direitos sociais.

Itacajá, município do Estado de Tocantins, tem uma população de 7.104 habitantes, segundo dados do IBGE em 2010 e situa-se próximo a área indígena da etnia Krahô. Para efetivar as ações referentes à aplicação de 20 *Questionários para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* junto aos beneficiários do BPC, de

0 a 18 anos, o Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola estabeleceu parceria com a Prefeitura com a finalidade de divulgar o programa e localizar os beneficiários residentes na zona urbana, rural e na área indígena.

No evento “Prefeitura em Ação”, realizado anualmente com o objetivo de divulgar informações e prestar

serviços principalmente à população rural do município, o Grupo Gestor Local realizou palestras sobre o Programa BPC na Escola e entrevistou os beneficiários e familiares que compareceram ao local.

A equipe técnica responsável pela aplicação do Questionário deslocou-se à aldeia indígena Manuel Alves, situada a 12 km da

cidade para entrevistar a criança indígena beneficiária do BPC e sua família. A articulação com o professor da escola indígena, representante da etnia Krahô, foi uma estratégia importante para a aplicação do *Questionário*, possibilitando a comunicação com a criança indígena com deficiência e seus familiares.





O BPC na Escola vai à aldeia indígena

27

O grupo gestor local tem se reunido periodicamente para implementar o Plano de Inserção BPC na Escola que tem como orientação acompanhar os beneficiários do BPC e promover encontros, reuniões, palestras, visitas domiciliares e cadastramento. Além disso, foram fortalecidas as ações conjuntas entre as áreas de assistência social, saúde e educação

para a melhoria do atendimento dos beneficiários e suas famílias, com atenção especial para as características específicas das comunidades indígenas.

Foram fortalecidas as ações conjuntas entre as áreas de assistência social, saúde e educação.



O município de Nova Mutum, localizado na Chapada dos Parecis em Mato Grosso, no Centro-Oeste brasileiro, conta com uma população de 31.441 habitantes (IBGE/2010) e com 20 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC na faixa etária de 0 a 18 anos. O Grupo Gestor Local do Programa

BPC na Escola, depois de concluída a etapa de aplicação do Questionário para Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola junto à essas crianças e adolescentes, investiu esforços em atividades de apoio aos beneficiários e seus familiares, em informação, orientação e encaminhamentos para diversos serviços, tendo



Nova Mutum – MT

como foco a qualidade de vida e a inclusão nos meios social e escolar. A integração entre os diferentes setores das políticas públicas– Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura, foi importante para viabilizar o desenvolvimento de novas ações propostas pelo Programa sem impactar no orçamento já previsto. O comprometimento do

Grupo Gestor Local foi decisivo para garantir uma eficaz articulação intersetorial.

As ações desenvolvidas buscaram garantir o direito constitucional de escolarização e o atendimento na rede de ensino regular dos beneficiários com deficiência do BPC. A inclusão educacional e social, tendo como pressuposto a valoriza-

ção das diversidades, o respeito às diferenças e, sendo realizada de forma articulada para também promover a inserção na rede de serviços das demais políticas, visando assegurar o atendimento integral às necessidades dos beneficiários, repercutirá, certamente, no desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.

Ressalta-se que uma das importantes estratégias de implementação do Programa BPC na Escola em Nova Mutum foi a elaboração de um plano intersetorial de acompanhamento dos beneficiários, a partir das demandas identificadas na aplicação do *Questionário para Identificação de Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola*.

E uma das iniciativas de destaque do Programa no Município foi a inserção das crianças e adolescentes beneficiários do BPC no Projeto “Despertando Talentos” que consiste na realização de atividades sócio-culturais-esportivas, em período contrário ao turno escolar que promovem o desenvolvimento de habilidades, valoriza-

ção de potencialidades individuais e coletivas, prevenindo os riscos a que a ociosidade e vulnerabilidade expõem os jovens. Além disso, houve investimento em capacitação dos profissionais que atuam com pessoas com deficiência, numa parceria entre a Educação e a Saúde, visando melhor atender os beneficiários e sua família.



O Programa BPC na Escola floresce no centro oeste com o despertar de talentos

29



Destacam-se também, como ações desenvolvidas pelo município, o cadastramento das famílias de beneficiários do BPC no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO, e as atividades de divulgação do Programa, como o pedágio educativo, a distribuição de folders e as palestras comunitárias, com o

objetivo de sensibilizar e informar a comunidade sobre a importância de reconhecer e valorizar o potencial e os talentos das pessoas com deficiência.

O município de Porto Velho, capital de Rondônia, está localizado no norte do Estado e conta com 410.520 habitantes, segundo dados do Censo IBGE de 2010 sendo a terceira maior capital da região norte do país. A cidade nasceu e cresceu a partir de uma das instalações ferroviárias mais antigas do país, a Estrada

de Ferro Madeira-Mamoré. Por essa razão, dentre outras, tem um imenso potencial turístico, devido ao seu patrimônio histórico e natural.

Em 2008, o Município contava com 915 crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Apesar dos grandes problemas

sócio-econômicos característicos de grandes centros urbanos, a implementação do Programa BPC na Escola destacou-se pelo grande comprometimento do Grupo Gestor Local, tanto na construção de metodologia para a aplicação dos *Questionários de Identificação de Barreiras ao Acesso e Permanência na Escola* quanto na

definição de estratégias para superá-las.

Inicialmente foi realizado, pela equipe técnica do Programa BPC na Escola, um mapeamento da cidade, incluindo todos os distritos onde residem os beneficiários do BPC. Ao constatar que grande parte deles não tinha moradia fixa, a equipe técnica desenvolveu alternativas de busca

Porto Velho – RO



ativa envolvendo profissionais das três áreas – assistência social, saúde e educação e das redes primárias e/ou secundárias da cidade. Houve também a mobilização da rede de promoção e proteção das pessoas com deficiência que compreendem organizações não governamentais. Além disto, foi realizado um trabalho intenso com os agentes

comunitários de saúde, que foram um dos principais protagonistas na localização e sensibilização das famílias dos beneficiários.

A partir disso, foram realizadas visitas institucionais às escolas municipais e estaduais com grande quantidade de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular. Realizou-se



também um trabalho de sensibilização da comunidade quanto a importância do Programa, através da imprensa, rádio e televisão. O Grupo Gestor Local está realizando reuniões periódicas com as Secretarias Municipais para mapear os serviços públicos prestados à população e fortalecê-los com o sentido de promover o atendi-

mento às pessoas com deficiência, tendo em vista a superação das barreiras de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes beneficiários do BPC, e, por conseguinte, a ampliação das oportunidades de desenvolvimento da autonomia dos beneficiários.

A intersetorialidade como estratégia de transformação da realidade dos beneficiários do BPC

31



A equipe técnica desenvolveu alternativas de busca ativa envolvendo profissionais das três áreas – assistência social, saúde e educação e das redes primárias e/ou secundárias da cidade.

Campo Azul situa-se no norte do Estado de Minas Gerais e tem uma população de 3.677 habitantes, segundo dados do IBGE em 2010, sendo que 04 crianças e adolescentes com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos são beneficiárias do BPC. O Grupo Gestor Local do Programa organizou as ações do Programa BPC na

Escola, buscando o envolvimento da comunidade e das instituições locais nos eventos realizados e no fortalecimento da parceria com os representantes das políticas públicas do município.

Após a aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* pela equipe técnica foram realizadas

reuniões com a comunidade no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS para apresentação do Programa BPC na Escola. Paralelamente, o Grupo Gestor Local estabeleceu parceria com a Escola Estadual Cirilo Pereira da Fonseca na promoção de seminário sobre o direito das pessoas com deficiência à educação. Na ocasião,

foi divulgada a implantação do *Projeto Incluir*, de iniciativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. O objetivo desse projeto é criar um padrão de acessibilidade para toda a rede de ensino pública, através da construção ou adaptação das instalações físicas das escolas, a fim de permitir o acesso dos alunos com deficiência, bem

Campo Azul – MG



como investir na capacitação de profissionais para o atendimento com qualidade a todos os alunos nas escolas. A criação do Projeto possibilitou a instalação de uma sala de recursos multifuncionais na escola estadual e o aprimoramento da atenção voltada aos alunos com deficiência.

Dentre outros resultados aponta-se a inclu-

são de um dos beneficiários na escola pública próxima a sua residência localizada na zona rural do município. Os demais beneficiários e familiares estão sendo acompanhados pelo Serviço de Proteção Integral à Família - PAIF do CRAS, assim como foram encaminhados à unidade básica de saúde do município aquelas crianças e adolescentes

com necessidade de atendimento.

As ações do Grupo Gestor Local continuam sendo direcionadas à sensibilização da população local quanto à realidade da pessoa com deficiência, em especial as crianças e adolescentes, além do fortalecimento das políticas públicas existentes para o acompanhamento dos beneficiários do BPC.

O Programa BPC na Escola promove o atendimento integral às pessoas com deficiência no município de Campo Azul

33



Buscando o envolvimento da comunidade e das instituições locais

O município de Santo André tem uma população de 654.354 habitantes (IBGE/2010) e cerca de 10% deste total está vivendo abaixo da linha de pobreza e em situação de vulnerabilidade social.

Em 2008, a cidade possuía 2.630 beneficiários do BPC com deficiência, na faixa etária de 0 a 18 anos e

para certificar que estes beneficiários tivessem garantidos seus direitos como cidadãos, por meio do acesso às diversas políticas públicas, os agentes da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência existente no município foram acionados pelo Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola para executarem o Progra-

ma em Santo André. Essa Rede é composta pelos serviços da Rede de Atenção da Educação, Secretaria de Saúde, Centro de Reabilitação Municipal para Pessoas com Deficiência – CREM, o Centro de Referência da Pessoa com Deficiência – CRPD, além dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e das

organizações sociais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Outro fator positivo foi o processo de localização dos beneficiários, desenvolvido em diversas etapas, sendo que nas três primeiras constaram visitas aos domicílios, às escolas e aos serviços da rede de





atenção aos beneficiários; nas 4ª e 5ª etapas, com agendamento prévio das visitas aos familiares dos beneficiários, houve a aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* e a inserção dos dados coletados no Sistema Informatizado do BPC na Escola. O trabalho realizado proporcionou um me-

lhor conhecimento do beneficiário e a identificação dos serviços que frequenta, fortalecendo ainda mais, a articulação com a Rede de Proteção Social instalada no município para atendimento à pessoa com deficiência

A busca ao beneficiário do Programa BPC na Escola contribuiu para fortalecer os vínculos entre os sujeitos

O BPC na Escola fortalecido por uma rede de proteção à pessoa com deficiência.

35

e os atores sociais componentes da Rede de Proteção Social. Foram as ações interativas que demonstraram o papel relevante da existência de serviços, programas, benefícios e ações afirmativas que, dirigidas a este público específico, promoveram a inclusão escolar de crianças e adolescentes e a inclusão social de suas famílias.



O Município de Barro Alto conta com população de 13.626 habitantes (IBGE/ 2010), situa-se na região centro-norte da Bahia e possui 24 crianças e adolescentes beneficiários do BPC. Verifica-se no município elevado índice de crianças com deficiência residentes na zona rural e ausência de

serviços especializados de saúde no local.

Com isso, o trabalho executado pelo Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola destacou-se ao promover a descentralização de equipes para levar a atenção das políticas públicas aos beneficiários nos povoados mais distantes da cidade. Foram realizadas reuniões

quinzenais nos dez povoados distintos para mobilizar as comunidades quanto à importância do Programa bem como para avaliar as demandas sociais dos beneficiários e suas famílias. A participação das lideranças de bairro foi o maior diferencial do município na construção das estratégias para aproximar

a comunidade à rede sócio-assistencial.

A partir disso, a equipe técnica local promoveu um Fórum de Discussão sobre Deficiência, englobando as instâncias governamentais e líderes da sociedade civil. O Fórum teve o objetivo de dar visibilidade à situação das pessoas com deficiência no município e



fomentar a organização deste público para pleitear ações estratégicas, no sentido de superar as condições de vulnerabilidade social vigente. Deu-se ênfase também ao trabalho de reabilitação no contexto da saúde pública realizado por um profissional da área de Terapia Ocupacional com a aplicação nos povoa-



Lideranças comunitárias fazem a diferença no programa BPC na Escola

37



dos mapeados de um questionário (*Health Assessment Questionnaire-HAQ*) de avaliação da capacidade funcional das crianças e adolescentes para a realização de atividades do dia a dia, como vestir-se, comer, caminhar, levantar-se dentre outros.

Foram visíveis os avanços deste programa em relação à

inclusão de crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias nos programas e serviços de assistência social e educação, tais como PETI, Projovem, Brinquedoteca, Grupo de Melhor Idade e atendimentos individuais no âmbito da saúde aos sujeitos com baixo

escore nos questionários de avaliação da capacidade funcional (HAQ). Além disso, o Grupo Gestor Local mantém um trabalho intersetorial cujas ações visam ao desenvolvimento das capacidades individuais, protagonismo e autonomia dos beneficiários.



Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, é considerada município de grande porte com 530.308 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. O município tem 999 crianças e adolescentes favorecidos do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Para desenvolver ações referentes à aplicação do *Questionário de Identificação das*

Cuiabá – MT

Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola, o Grupo Gestor Local do Programa BPC na Escola focalizou suas ações na mobilização dos gestores das políticas públicas do município e da sociedade civil e no fortalecimento dos serviços já existentes para as pessoas com deficiência.

Dessa forma, foram realizadas reuniões

com os Conselhos de Direitos; Conselho Municipal de Assistência Social, instituições que atendem pessoas com deficiência; postos e centros de Saúde; Programa de Saúde da Família; escolas da rede pública municipal e estadual; escolas rurais; creches municipais e filantrópicas e rádios comunitárias. Além

de fortalecer o envolvimento destes setores para o atendimento às pessoas com deficiência, estas reuniões possibilitaram a localização dos beneficiários para a aplicação do questionário.

Entre os resultados obtidos, houve a inclusão de beneficiários e respectivas famílias no serviço de mala brincante



– “Brincar para incluir” – que integra o Projeto Nossa Família Digoreste (no linguajar cuiabano significa boa demais) promovido pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Por meio de visitas domiciliares, com a utilização de abordagem lúdica, esse serviço visava levantar

o perfil das famílias beneficiárias do BPC que tenham crianças e adolescentes com deficiência, propondo o fortalecimento dos vínculos familiares e sua inserção nos serviços da rede socioassistencial e de outras políticas públicas.

Além disso, as ações do Grupo Gestor Local buscaram fortalecer as polí-

ticas e programas já implementados e voltados à pessoa com deficiência, tais como a Política de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação e o Programa Escola Com Saúde da rede pública de saúde. Como desdobramento desse processo, podemos destacar alguns resultados



“Brincar para incluir” os beneficiários

39

significativos como: aumento do número de alunos com deficiência matriculados, tendo mais 600 alunos com deficiência frequentando a rede municipal de educação; formação continuada dos professores; promoção da comunicação entre as escolas e as unidades de saúde.



Localizado no Estado do Ceará, o município de Acopiara, nome de origem Tupi, que significa o que cultiva a terra, o lavrador ou o agricultor, tem uma população de 50.372 habitantes (IBGE/2010), sendo que 99 são crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, público

do Programa BPC na Escola, visitados quando da aplicação no município do *Questionário para Identificação das Barreiras para Acesso e Permanência na Escola*.

Após a realização das visitas domiciliares e aplicação dos questionários os dados foram tabulados pelo Grupo Gestor Local do Programa

BPC na Escola para análise e elaboração do diagnóstico da situação das crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC. O relatório com os resultados foi discutido pelas Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde a partir do que foram definidas as ações e as estratégias intersetoriais, visando

à superação das barreiras identificadas. A seguir o CRAS foi envolvido para implementação das ações e acompanhamento dos beneficiários.

Um dos grandes ganhos com a implementação do Programa BPC na Escola em Acopiara, além da articulação entre as políticas públicas – assistência social,

Acopiara – CE



saúde e educação, foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em decorrência do envolvimento da sociedade civil no processo de fortalecimento e participação dos beneficiários e suas famílias na discussão das barreiras e proposição de soluções voltadas às pessoas com deficiência.

A rádio local foi um dos instrumentos utilizados para divulgar e estimular a população a participar das atividades relacionadas ao Programa BPC na Escola. Todo o processo teve por objetivo informar e sensibilizar a sociedade civil organizada e a comunidade em geral para participar das discussões e elaboração de propos-



O BPC na Escola modificando a realidade do agricultor de Acopiara

41

tas e ações para superação das barreiras para acesso e permanência na escola.

Cabe ressaltar que a maioria dos beneficiários identificados encontra-se na Zona Rural de Acopiara e por isso, foi fundamental a articulação dos serviços para atendê-los nas proximidades de suas residências. Estas e outras

estratégias de acompanhamento foram desenvolvidas pelo Grupo Gestor Local para atender as especificidades dos beneficiários do BPC, cujas famílias, na maioria, vivem da agricultura e da lavoura.



O município de Frutuoso Gomes está situado na região oeste do Estado do Rio Grande do Norte, e é composto por 4.233 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010 e situa-se entre os municípios de pequeno porte. O longo período de clima seco e a escassez de água são fortes entraves para o desenvolvi-

mento socioeconômico do município e à subsistência da própria população. Apesar disso, a metodologia do Programa BPC na Escola, com o quantitativo de somente 14 beneficiários do BPC com idade entre 0 e 18 anos, superou expectativas.

Durante as visitas domiciliares as crianças e adolescentes com

deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, no âmbito da execução do Programa BPC na Escola constatou-se que grande parte desses beneficiários não frequentava a escola e não tinham acesso à rede de serviços de proteção social. Além disso, muitos pais e/ou familiares têm baixo nível de es-



Frutuoso Gomes – RN



colaridade ou não são alfabetizados, o que contribui para a falta de informação sobre os seus direitos sociais.

Após o levantamento situacional das crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC e o mapeamento das localidades em que habitam, a equipe técnica local, visando mobilizar a comunidade em torno



dos propósitos do Programa BPC na Escola, realizou um encontro dos atores sociais que, de forma direta ou indireta, lidam com as pessoas com deficiência. Assim, foram mobilizados o grupo gestor local do Programa BPC na Escola, as Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação e demais setores da

sociedade civil organizada. Estes atores, de forma articulada, elaboraram um Plano de Ação para o acompanhamento dos beneficiários do BPC e suas famílias. O Plano visa à inclusão social das crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias e, especialmente, a alfabetização dos pais e/ou familiares dos beneficiários.

Para tanto, o município tem se preocupado em desenvolver um trabalho multidisciplinar nos vários setores promovendo a melhoria das políticas públicas. Destaca-se o investimento dos gestores e técnicos da educação e da assistência social no incentivo aos beneficiários do BPC a frequentarem

O Programa BPC na Escola aprimora o atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias

43



a escola e no encaminhamento aos serviços públicos. Há também a participação ativa dos pais em programas educacionais que estimulam a alfabetização. Destacam-se também, mudanças na estrutura física dos equipamentos públicos, como exemplo, a construção de rampas de acesso às pessoas com deficiência.



Campos dos Goytacazes – RJ

Campos dos Goytacazes localiza-se ao norte do Estado do Rio de Janeiro, ocupando a maior extensão territorial no estado e conta com uma população de 422.363 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010. A partir da articulação da equipe técnica do Programa BPC na Escola com os 12 Centros de Referência da Assistência

Social do município foram localizados 463 crianças e adolescentes com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC. Na aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* foram identificados 137 beneficiários que não frequentavam a escola.

O Grupo Gestor Local identificou que a sensibilização das famílias e da comunidade seria o principal elemento para reverter o quadro de um contingente significativo de crianças e adolescentes fora da escola, pois muitos familiares desconheciam os direitos das pessoas com deficiência. Foram ainda apontadas,

como entraves para o acesso à escola, as dificuldades da rede de ensino público em promover o atendimento educacional especializado, além da falta de transporte escolar e da falta de atendimento às necessidades de saúde dos beneficiários.

A partir disso, foram organizadas reuniões entre as Secretarias





Municipais e fortalecidos os programas e serviços desenvolvidos por elas. Dentre os desdobramentos deste processo, se destaca a realização de um ciclo de palestras sobre o tema das Deficiências em 08 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS do município, com a participação significativa da comunidade e

familiares, por ocasião do Dia Mundial da Síndrome de Down. Nestas palestras foram apresentados os programas e projetos disponíveis na área da saúde, educação e assistência social para o apoio aos beneficiários, tais como o Programa de Saúde na Escola, o Programa Educação Inclusiva, o Programa de Saúde Coletiva,

Projeto de Acessibilidade na Rede, o Programa BPC na Escola e os demais programas e serviços desenvolvidos no CRAS.

O Grupo Gestor Local continua se reunindo sistematicamente para garantir a sustentação dos resultados já obtidos e ampliá-los. Dentre estes, podem ser citados a visibilidade da temá-

Ação e cidadania para a inclusão social dos beneficiários do BPC

45



tica da deficiência no município; a sensibilização da comunidade e dos familiares dos beneficiários, além da mobilização dos órgãos governamentais para a inclusão das crianças e adolescentes nos serviços disponibilizados na rede de atendimento.





O município de Pilões localizado no agreste paraibano, em meio às belas cachoeiras, conta com população de 6.978 habitantes (IBGE/2010), sendo que 33 são beneficiários do BPC até 18 anos. Para atender a demanda de aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola*, uma das etapas

do Programa BPC na Escola, o Grupo Gestor Local do Programa reuniu a equipe técnica do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e demais servidores da Assistência Social, da Educação e da Saúde para treinamento e entrega de material informativo referente ao Programa.

Foram desenvolvidas diversas estratégias para



Pilões – PB



sensibilizar e orientar a todos sobre o Programa, especialmente os agentes comunitários de saúde, diretores escolares, professores e as famílias de pessoas com deficiência. Duas das ações de grande impacto foram a divulgação pela rádio local e a realização de reuniões comunitárias.

Destas reuniões surgiram os grupos de apoio e desenvolvimento fami-

liar, voltados à sustentabilidade e protagonismo das famílias dos beneficiários, com inclusão e qualificação profissional. Destacam-se os cursos voltados para a mulher, que além de aumentar a auto estima, contribuem na composição da renda familiar e facilitam o acesso ao trabalho, com atividades que podem ser desenvolvidas em seus domicílios.



Em meio as belas cachoeiras de Pilões destacam-se ações de fortalecimento às famílias beneficiárias do BPC na Escola.

47



A divulgação dessas experiências no município resultou no aumento do interesse pelo Programa BPC na Escola, possibilitando dar visibilidade à questão da deficiência, além de propiciar o apoio aos beneficiários para inserção na rede regular de ensino, proporcionando uma maior integração entre todas as crianças e adolescentes.



O município de Nina Rodrigues – MA conta com 12.289 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010 e está situado no norte do Maranhão. Para a execução do Programa BPC na Escola foram identificados 42 favorecidos do Benefício de Prestação Continuada – BPC com idade entre 0 e 18 anos. Na apli-

cação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola* às crianças e adolescentes beneficiários do BPC, apenas um não foi localizado. Dentre as dificuldades constatadas, destacam-se: a ausência de professores capacitados e profissionais de apoio às crianças e adolescentes com deficiência que fre-

48

Nina Rodrigues – MA



quantam a escola, falta de transporte escolar adaptado, ausência de acompanhante (para os que necessitam) no trajeto da casa até escola, e falta de serviços de saúde de média e alta complexidade.

O município está localizado em área onde se concentra a produção agrícola. E, grande parte dos pais e/ ou responsáveis das

crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC sobrevivem da agricultura de subsistência e da quebra do coco do babaçu, o que implica em vários fatores que se traduzem em dificuldade para acompanhar os filhos até a escola.

Visando superar questões como essas, o Grupo Gestor Local do Programa BPC na



Da subsistência pela quebra do coco de babaçu à inclusão na rede socioassistencial

49

Escola elaborou um Plano de Ações indicando as áreas competentes para atender as necessidades apontadas, principalmente no campo da assistência social, educação e saúde. Paralelamente promoveu a articulação dos setores públicos relacionados às demandas e envolveu os conselhos municipais e a sociedade civil

para discutir a situação vigente e buscar as soluções. Algumas delas já concretizadas, tais como: a implantação de salas multifuncionais; a capacitação de professores através da Plataforma Paulo Freire, com o apoio do Ministério da Educação (MEC); a inclusão dos beneficiários e suas famílias na rede socioassistencial local

com ênfase na integração com outros setores das políticas públicas, principalmente as que residem na área agrícola e têm dificuldade de levarem os filhos até a escola; a formação específica sobre o tema para as equipes de saúde da família e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nessa perspectiva, o Grupo Gestor Local mantém-se atento às barreiras identificadas na aplicação dos questionários e realiza reuniões regulares para fortalecer a rede local e sua articulação com os níveis estadual e federal, bem como para acompanhar o desenvolvimento das ações definidas conjuntamente.

Goiânia é a segunda cidade mais populosa da Região Centro-Oeste, sendo superada apenas por Brasília. Localiza-se no Planalto Central e tem a sexta maior área urbana do Brasil. Possui população de 1.256.514 habitantes (IBGE/2010) e tem 1.945 crianças e adolescentes com defi-

ciência beneficiários do Programa BPC na Escola.

As ações para aplicação do *Questionário de Identificação das Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola*, uma das etapas do Programa BPC na Escola, iniciaram-se com a capacitação da equipe técnica, composta pelas áreas de assistência social,



50

Goiânia – GO

saúde e educação, responsável pela aplicação do questionário em visitas domiciliares. A equipe técnica foi a campo munida de informações sobre os equipamentos sociais existentes e seu funcionamento, bem como de materiais de divulgação como apostilas, folders e cartilhas do Programa, criados especificamente para a

ocasião. A cada questionário aplicado era encaminhado um relatório ao Grupo Gestor Local do Programa com informações sobre as demandas necessárias para superação das barreiras. Após o conhecimento dos relatórios e mapeamento das demandas, reuniões com profissionais das três áreas envolvidas foram realizadas ob-



jetivando desenvolver estratégias de atendimento e encaminhamentos às diversas políticas setoriais.

A análise dos dados coletados na aplicação do Questionário mobilizou o município de Goiânia para desenvolver ações articuladas com o objetivo de incluir os beneficiários do BPC nas diversas políticas



A articulação viabiliza as ações intersetoriais do Programa BPC na Escola na segunda maior cidade do Centro-Oeste.

51



públicas como Habitação, Trabalho e Renda. Além disso, houve investimento em capacitação dos profissionais, principalmente os que trabalham nos CRAS e CREAS, garantindo a efetividade dos encaminhamentos/acompanhamentos das famílias e a articulação com a rede de serviços socioassistenciais, en-

volvendo entidades e instituições conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência – SEMAS para atendimento às necessidades dos beneficiários. Todas as demandas foram mapeadas e acompanhadas pelo Grupo Gestor Locais do Programa BPC na Escola por meio do sistema de referência e contra-referência.



São Paulo, capital do Estado de São Paulo, é considerada a cidade mais populosa do Brasil, com 10.659.386 de habitantes (IBGE/2010). A adesão do município ao Programa BPC na Escola significou realizar 13.976 visitas domiciliares para conhecer a realidade dos beneficiários com deficiência do BPC

que frequentavam ou não a escola.

Destacam-se duas importantes ações que direcionaram o desenvolvimento do Programa BPC na Escola no município. A primeira refere-se a gestão intersecretarial constituída por meio da composição do Grupo Gestor Local, formado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social,

São Paulo – SP

Educação, Saúde e Comissão Municipal de Direitos Humanos e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. A dimensão e complexidade do trabalho na cidade de São Paulo exigiram a adoção de estratégias territoriais, desencadeando a formação de cinco Grupos Gestores Regionais, compostos por repre-

sentantes das Secretarias envolvidas no âmbito territorial. Esses Grupos propiciaram não só o conhecimento das ações por parte de todos os integrantes, mas também o envolvimento de outras Secretarias como Habitação e Transporte e, do ponto de vista da completude das ações, a realização de encaminhamentos conjuntos que culminaram com a



resolutividade e acompanhamento das situações apresentadas pelos beneficiários e suas famílias.

A outra ação refere-se à aplicação do Questionário como estratégia do trabalho social do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. A opção de executar a aplicação do *Questionário de Identificação das Bar-*

reiras para o Acesso e Permanência na Escola exclusivamente pelo corpo técnico do CRAS prescindiu do estabelecimento de indicadores para monitoramento e avaliação de todo o processo. A experiência transformou-se em trabalho social: propiciou o reconhecimento do território e acompanhamento das famílias dos beneficiários do BPC.



Programa BPC na Escola: experiência inovadora na cidade de São Paulo

53



Os resultados foram de riqueza ímpar: transformaram a visão de muitos técnicos sobre os beneficiários com deficiência do BPC que passou a ser concebido como sujeito de direitos para o acesso à rede socioassistencial e demais políticas públicas; maior visibilidade aos CRAS; início de trabalho socioeducativo com as famílias por meio do Serviço

de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF e maior articulação da rede socioassistencial e intersetorial para discussão, análise e encaminhamentos das situações consideradas de ação imediata.

O trabalho social, evidentemente, não se esgotou com a aplicação do *Questionário*: o BPC entrou definitivamente na agenda do CRAS.





Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**www.mds.gov.br
0800 707 2003**

O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Interministerial nº 18 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria de Direitos Humanos, de 24 de abril de 2007 para promover o acesso e permanência na escola dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC.



**Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome**

